



O Discurso e algumas Estratégias Discursivas do Jornalismo Ambiental da Folha de São Paulo¹

Eloísa Beling Loose²

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo: Este trabalho pretende apontar a recorrência e a forma de uso dos efeitos de sentido de referencialidade e de testemunhalidade, de acordo com a Análise do Discurso da Escola Francesa, presentes nas matérias da editoria Ciência que tratam do meio ambiente no jornal Folha de São Paulo. Há preocupação também com o enfoque no discurso científico-ambiental e na construção cívica do trabalho jornalístico.

Palavras-chave: discurso; jornalismo ambiental; estratégias discursivas.

O discurso é uma construção social realizada a partir de um dado contexto sócio-cultural, é um fenômeno de conexão intersubjetiva de subjetividades. O discurso é um espaço em que há a articulação entre o poder e o saber. Nesse lugar a fala é criada por alguém, de algum lugar, a partir de um direito reconhecido constitucionalmente. Segundo Pippi, o discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o institucional), é aquele que gera o poder, o que pode justificar o receio de certos pesquisadores colocarem nas mãos dos jornalistas seus estudos, já que eles podem dar margem a outras decodificações.

Em outras palavras, o discurso é um conjunto de efeitos que se realiza no sujeito, mas se dá exterior a ele, movimentando-se entre a alteridade e a identidade. Maingueneau (2004) o vê como o “sintoma de uma modificação em nossa maneira de conceber a linguagem”, ou seja, é uma organização de termos que se situa além da frase, possuindo características próprias, como o fato de ser sempre orientado (desenvolve-se ao longo do tempo, linearmente), de ser uma forma de ação (porque falar é uma forma de ação com o outro), de ser interativo (mobiliza dois coenunciadores, para não falar enunciador e enunciatário), de ser contextualizado (não é possível atribuir um sentido em um enunciado deslocado de contexto), de ser assumido por um sujeito (o discurso só se o faz enquanto remete a ele um sujeito), de ser regido por normas (nenhum ato de enunciação pode

¹ Trabalho apresentado ao GT de Comunicação Aplicada ou Segmentada, do VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul;

² Acadêmica do 7º semestre de Comunicação Social – Hab. Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria. Pertencente ao Programa de Educação Tutorial (PET) e pesquisadora do jornalismo científico-ambiental sob a ótica da Análise do Discurso. Orientanda do professor Adair Caetano Peruzzolo. E-mail: elo_ufsm@yahoo.com.br.



efetuar-se sem justificar seu direito de apresentar-se tal como é) e, por último, pelo fato de ser considerado no bojo do interdiscurso (ele só tem sentido no interior do universo de outros discursos).

Diana de Barros (2005, p.53) diz:

“O discurso nada mais é (...) que a narrativa ‘enriquecida’ por todas as opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia”

Outro olhar é colocado por Gadet & Hak (1993, p.77): “um discurso é sempre pronunciado a partir das condições de produção dadas”. Esses autores estendem tal formulação quando dizem que o discurso está situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um certo campo político. O discurso é um espaço em que há a articulação entre o poder e o saber. Nesse lugar a fala é criada por alguém, de algum lugar, a partir de um direito reconhecido constitucionalmente.

Já Foucault percebe o discurso ainda de outro modo e defende a idéia que ele é a ideologia embutida nas falas, isso quer dizer que a ideologia se manifesta através de todo e qualquer discurso (a ideologia é uma dimensão do discurso). Cabe então deixar esclarecido o que é a ideologia no viés da Análise do Discurso aqui praticada: a “transposição” de materialidades onde os sentidos são perpassados em outros. Orlandi (1990) explica que esses outros sentidos são transparências construídas para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas.

Pêcheux parece ser mais claro quando demarca o lugar da ideologia na construção discursiva. Em sua obra, coloca-se entre o “sujeito da linguagem” e o “sujeito da ideologia”. Para Pêcheux, a ligação entre o discurso e a prática política, foco de seu interesse, não poderia ocorrer se não passasse pela ideologia. Althusser (*apud* GADET & HAK, 1993, p. 30) amplia a questão dos sujeitos dependentes da ideologia:

“ (...) é tendo como referência a ideologia que Pêcheux introduz o sujeito enquanto efeito ideológico elementar. É enquanto sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um determinado espaço no sistema de produção. (...) A ideologia não existe senão por e para os sujeitos”.

Althusser ainda acrescenta que “não existe prática senão sob uma ideologia”. Isso significa que todo sujeito social (ser humano) só pode ser agente do exercício do



social enquanto sujeito. Afirma-se a idéia, portanto, de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia.

É importante mencionar que a ideologia não é uma dissimulação mas, sim, uma afirmação e interpretação do sentido. A ideologia é um excesso que produz o efeito de evidência. No plano do discurso, o processo ideológico está na injunção de uma interpretação que se faz apresentável por meio da interpretação.

Por outro lado, esse aspecto ideológico do discurso defendido por alguns autores pode ser contrabalançado com a sua própria natureza. O discurso, antes de tudo, exprime o encontro do eu e do tu, sendo esta uma relação intersubjetiva. Entende-se com isso que o diálogo está intrínseco ao discurso, revelando que todo e qualquer texto é dialógico (pois perpassa vozes de diferentes enunciadore, que ora concordam e ora discordam).

Ora, se atentarmos que o diálogo nada mais é que uma interpretação da fala de um enunciadore para a formulação de uma resposta para o mesmo verificaremos que antes mesmo de ideologizar um discurso estaremos atuando como parte de seu propósito dialógico.

Tomando especificadamente o caso do discurso do jornalismo ambiental, podemos dizer que ele não é um discurso isolado, mas sim a soma das organizações dos discursos científico-ambiental e jornalístico. Ao contrário dos que muitos pensam, o discurso do jornalismo ambiental não se resume a uma tradução da linguagem especificadamente do meio da ciência ambiental, mas sim uma articulação entre dois discursos distintos que se produz pela injunção seu modo de circulação, estipulando trajetore para a convivência social com a ciência. Orlandi (2001, p.151) diz sobre o discurso científico algo que é de igual conveniência para o do jornalismo ambiental: “o discurso de divulgação científica é textualização jornalística do discurso científico”, pois deseja colocar de uma forma acessível às formas de informação científica. Para esclarecer, ela afirma que o jornalismo científico, na área do discurso, é transferência, ou seja, ocupa uma posição-sujeito específica determinada, onde o resultado não é substituição nem mera soma. Essa transferência remete à produção de efeito metafórico pelo qual alguma coisa que significava de uma maneira, passe a produzir um efeito de sentido diferente. No discurso do jornalismo ambiental valem os mesmos preceitos. O



discurso é constituído de um transpassar de saberes oriundos da ciência ambiental que se alterna e funde aos conhecimentos empíricos daqueles que a vivenciam (todos nós).

No discurso do jornalismo ambiental podemos notar uma espécie de casamento entre o discurso científico relativo ao meio ambiente, repleto de certas normas e padrões considerados rígidos e universais impostos pela singularidade do campo científico, com o discurso jornalístico, coloquial, objetivo, factual e simples. Além disso, ele pressupõe uma espécie de discurso pedagógico intrínseco nesse casamento, ou pelo menos o deveria ter, bem que a promoção da alfabetização ambiental e científica reforça o papel social do jornalismo.

Dessa forma, é perceptível que os elementos encontrados nesse discurso devem ser de fácil compreensão, atraentes e inteligíveis, a fim de propor uma leitura prazerosa e, ao mesmo tempo, reflexiva e conscientizadora.

1-Efeitos de Sentido no Discurso do Jornalismo Ambiental

Os efeitos de sentido são aqueles significados de ordem afetiva, ligados aos valores de existência. Peruzzolo (2004) diz que falar de sentido é relacionar a concretude do discurso com as vivências pessoais de cada indivíduo e seu contexto.

Assim, a construção dos efeitos de sentido de uma notícia qualquer se vale do repertório e das intenções do enunciador ao codificar determinado discurso.

O processo de construção de sentidos do discurso das notícias jornalísticas de cunho ambiental pode ser detectado através de alguns dispositivos oriundos da Escola Francesa de Análise do Discurso. Pêcheux (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p.11) trata dessa Análise como dependente das ciências sociais:

“A Análise do Discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (...). O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las seja através de uma minúncia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado como pretensão social”.

A Análise do Discurso só pode ser desenvolvida a partir do conhecimento de certas categorias e proposições que estão interligadas a uma série de procedimentos. É



importante que o analista tenha em suas mãos dispositivos de análise que permitam trabalhar numa posição que seja relativizada diante da interpretação. De acordo com Eni Orlandi (2005), “é preciso que ele (o analista) atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito (...) para que, no funcionamento do discurso, na produção de seus efeitos, ele não reflita apenas no sentido do reflexo, da imagem, da ideologia, mas reflita no sentido do pensar”, porque na Análise do Discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido enquanto ação simbólica resultante do trabalho sócio-histórico-cultural do homem.

Na Análise de Discurso mostra-se “que o sujeito e a significação não são transparentes e aponta (-se) para uma relação problemática das ciências sociais com o político, na medida em que estas supõem estas transparências na linguagem” (ORLANDI, 1990, p.26). A análise em evidência pretende compreender os efeitos de sentido a partir do fato de que é no discurso que se dá a relação entre língua e ideologia. Pêcheux (*apud* ORLANDI, 1990, p.28) explicita o valor do discurso na perspectiva da Análise do Discurso: “a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”. Nesse sentido, podemos visualizar de forma acentuada essa mobilização social quando tratamos de meio ambiente no campo jornalístico. A visibilidade midiática dos discursos que circulam na esfera política gera novos pensamentos e até ações que pretendem vetar ou alterar determinados fatos. No jornalismo ambiental, por serem divulgadas notícias que comprometem sensivelmente a vida da sociedade, esses efeitos são seguidamente notados e alavancam discussões na área política (local de tomada de decisões) e também no campo social (escolas, organizações de bairros, etc.).

Ainda por esse viés, a prática do jornalismo cívico - aquele que pretende auxiliar o retorno do jornalismo em sua missão central: levar informações que proporcionem a efetivação da cidadania da sociedade – acaba aliando-se às causas do jornalismo ambiental com o intuito de criar momentos de revolta contras as injustiças e prejuízos conseqüentes da má administração ou da irresponsabilidade de uma minoria que possui poder. A vontade de incluir a população em discussões que influenciem no resultado das decisões, de persuadir os leitores a lutar pelos seus direitos e a demonstrar suas responsabilidades e deveres na construção de um lugar social coletivo são comuns na construção de ambos os discursos jornalísticos, afinal quem será a pessoa cidadã que menosprezará o meio em que vive? A cidadania é primordial na elaboração do jornalismo ambiental. Assim como os jornalistas cívicos procuram assegurar que todas



as pessoas afetadas pelas questões tenham voz nas histórias e procuram fazer a cobertura dos silêncios existentes na comunidade (aquilo que os detentores de poder político e econômico cuidam para não ser mencionado na esfera pública), os jornalistas ambientais também trazem à tona as mesmas questões (embora tendam a priorizar os fatos relativos ao meio ambiente).

Segundo Jan Shaffer (2004, p. 36), o jornalismo cívico:

“(...) fomenta o comportamento cívico – de votar a se voluntariar, de comparecer a uma reunião na prefeitura e de integrar um time de ação, o jornalismo cívico fez com que as pessoas se engajassem porque ele deu a elas um mapa sobre como participar – se elas quisessem. E elas geralmente quiseram.”

Com isso, percebemos que, embora o discurso político possua uma finalidade de chamar a atenção da sociedade para determinados assuntos, somente o campo midiático pode expandir tal discurso e fazê-lo, por meio de um jornalismo especializado, que ele tenha retorno para os cidadãos. O jornalismo cívico está embutido nos cuidados que se há de ter com a noticição ambiental e a temática meio ambiente também está articulada ao trabalho dos jornalistas que pretendem exercer a cidadania.

2-Estratégias Discursivas de Referencialidade e Testemunhalidade

A Análise do Discurso é o estudo da relação da linguagem com sua exterioridade, concebendo a mesma como a mediação necessária entre o homem e sua realidade social. Milton José Pinto (2002, p.27) declara que “a Análise do Discurso não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica dos conteúdos, mas sim em como e por que o diz e mostra”. Assim, atenta-se para o aspecto de que discurso, na Análise do Discurso, não possui a mesma definição do esquema elementar da comunicação, em que o emissor transmite uma mensagem (informação) ao receptor, mensagem essa que foi construída em um determinado código referindo à concepção de algum elemento da realidade, chamado referente. Na conjuntura em que trabalhamos, a mensagem não equivale ao discurso, pois esse último é o efeito de sentidos entre locutores.

Em busca da observação dos processos de sentidos que são produzidos na divulgação da informação científica de cunho ambiental, elegeu-se dispositivos que possibilitam verificar a injunção dos efeitos de significação que constituem a produção e deslocamento de alguns sentidos para os leitores. As análises aqui abordadas se valem



dos usos de produção de sentidos buscados por meio das estratégias de referencialidade e de testemunhalidade. O meio ambiente é tratado aqui pelo ângulo investido pela mídia impressa nomeada Folha de São Paulo, em sua editoria especializada em ciência, em matérias publicadas no mês de fevereiro do ano de 2006³. O texto jornalístico ocupa, então, o espaço material que permite a relação de comunicação entre o enunciador (repórter) e o enunciatário (leitor).

O trabalho jornalístico como um todo precisa seguir a tradição da objetividade, usando recursos para manter a enunciação distante do discurso e firmar o que é dito como fato concreto, real. Essa é uma estratégia pela qual o jornalista consegue firmar de modo concreto sua função informativa.

Os sentidos de referencialidade (também chamados por alguns de referente ou realidade) são construídos de modo a criar procedimentos de dispor a palavra aos interlocutores em forma de citação seja pelo discurso direto, seja pelo discurso indireto. Tal estratégia permite que o discurso alcance o efeito de veracidade na fala (já que o que está sendo dito ali de certa forma exime a responsabilidade do jornalista, é uma forma de fazer com que o enunciatário leia o que a fonte diz e não aquilo que o jornalista quis dizer).

As estratégias para se obter os efeitos de referencialidade das matérias analisadas são majoritariamente firmadas em pessoas pesquisadoras no assunto. Na matéria correspondente ao dia 27/02, dos 16 parágrafos da matéria, 14 possuem citações diretas ou indiretas de especialistas. São expostos os nomes de sete instituições (Cepnor – Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Litoral Norte, órgão ligado ao IBAMA-, Gerência de Pesca – vinculado ao governo estadual do Pará-, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Federação de pesca do Pará, Secretaria Estadual da Ciência e Meio

³O corpus deste trabalho é composto pelas matérias relativas ao meio ambiente publicadas no veículo Folha de São Paulo entre 1º a 28 de fevereiro de 2006, durante os dias úteis da semana (segunda à sexta-feira). Nesse período, na citada editoria foram publicadas 32 matérias, sendo que relativas ao meio ambiente, diretamente, foram publicadas 15 matérias. Destas, 7 foram escolhidas para serem analisadas em virtude do tamanho ocupado na página (todas possuem meia página, ou seja, entre 3.520 e 4.498 caracteres) e por conterem ilustração ou fotografia.

Ambiente, UFPE e UNESP) para testemunhar a respeito do fato de que camarões malaios, criados em cativeiro, migraram para a baía de Marajó.

Esses efeitos de realidade são, de outro modo, firmados pela ancoragem, procedimento utilizado na semântica discursiva. A ancoragem é a forma de edificar a ilusão de realidade em cima dos elementos citados acima. De acordo com Peruzzolo (2004, p.166), trata-se de atrelar o dito a materialidades com as quais o receptor reconheça a realidade, nas quais reconheça existência.



Assim, os efeitos de construção de sentidos da realidade consistem em ancorar a informação no real a partir de datas, espaços geográficos conhecidos, fatos históricos, fotografias, pronunciamentos de pessoas renomadas e afins. Na matéria publicada dia 1º de fevereiro, os efeitos de referencialidade atrelam-se às fotografias de anfíbios e a certos termos ligados à temporalidade, espacialidade, nomes de autoridade. Vejamos os exemplos abaixo:

“Embora peça cautela ao interpretar os resultados, *Ana Carolina Carnaval*, pesquisadora da *Universidade da Califórnia em Berkeley* que coordena o estudo, diz que se trata de ‘um alerta, um sinal amarelo’.”

Nesse primeiro trecho, podemos perceber que os efeitos de referencialidade estão somados aos efeitos de objetividade, utilizados de forma exaustiva nos veículos jornalísticos com o intuito de não pôr em dúvida aquilo que ele está lendo.

“Há outros motivos para preocupação além da mera presença do parasita, que só foi achado *no país* pela *primeira vez* no *ano passado*, em *Camanducaia (MG)*. Os espécimes infectados vieram de *lugares tão distantes* quanto *Pernambuco* e o *litoral de São Paulo* e dos mais *variados relevos, do nível do mar até montanhas com 2.400 m de altura*. Portanto, podem ser apenas a ponta do iceberg --e isso num *ecossistema que já perdeu 93% da área original e no qual 60% das mais de 450 espécies de anfíbios são endêmicas*, ou seja, só podem ser achadas ali.”

Nesses dois casos, observa-se que o enunciador fez uso de porcentagens e estatísticas para comprovar o que fala. Os dados numéricos trazem implícitos os efeitos de real, já que a precisão está relacionada diretamente com a questão da veracidade. A nomeação de lugares e pessoas também serve como “prova” de que aquilo que está sendo dito realmente aconteceu: há pessoas que viram e/ou viverem esta experiência e elas estão situadas em locais reconhecidos por uma ampla maioria.

Essa tentativa de tornar o sentido concreto, denotativo, iconizando-os como se fossem uma cópia do acontecimento real, utilizando-se de uma experiência, mesmo que alheia, é feito para criar uma ilusão de que determinado fato realmente aconteceu, sendo, portanto, real.

As citações com o uso das aspas, especificadamente, são destaques dados à narrativa com o intuito de enfatizar a informação na autoridade de outro falante. Os enunciados relatados em discurso direto são postos entre aspas para manifestar sua alteridade. Peruzzolo (2004, p.167) diz que:



“citar é esconder-se sob a capa do citado, como se o dito, de novo – agora e aqui- fosse repetido pelo seu autor. Na verdade, o dito (em outro lugar) é atualizado pela ação do sujeito de enunciação que, então, torna sua afirmação ao redizê-la. A estratégia de ocultamento apenas visa ao apagamento da responsabilidade”.

Nas matérias da Folha de São Paulo, os cientistas exercem esse papel. Com a utilização das aspas o enunciador apaga seu papel de construtor da fala e ainda produz o efeito de testemunhalidade ao deixar com que a fonte tenha expostas suas palavras tais quais ela expôs. Nas matérias do jornal analisado esse recurso é recorrente. Veja:

“Os resultados são fruto de uma comparação detalhada entre locais em que há reservas protegendo total ou parcialmente os recifes e áreas onde a pesca é completamente liberada, ao longo de uma faixa de 2.500 km de litoral.” *O nosso trabalho fez essa comparação em escala nunca antes vista no Brasil, com resultados que podem ser, pela primeira vez, generalizados para a nossa costa*”, diz o biólogo Sergio Floeter, que faz seu pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Santa Barbara (Estados Unidos).” (Matéria publicada dia 13/02).

“Segundo o pesquisador, os dados da Groenlândia jogam por terra tudo o que as pessoas achavam saber sobre o impacto das mudanças nas geleiras.” *Nenhum dos modelos [usados para prever o aumento do nível dos oceanos] levava em conta esse aumento no fluxo das geleiras*”, afirmou Rignot. *“Mas não estamos vendo que esse é justamente o fator dominante na Groenlândia.”*” (Matéria do dia 17/02)

Nesses trechos podemos constatar a presença das fontes mais utilizadas pelo veículo estudado para tratar do meio ambiente: as autoridades reconhecidas pelo meio científico: pesquisadores de instituições de renome e de universidades. As fontes utilizadas pelo jornal Folha de São Paulo estão todas vinculadas de forma positiva às



pesquisas, não havendo contradições ou aspectos negativos ligados as mesmas, tornando a exposição da atividade de pesquisa uma publicidade e não um conflito de posições pretendendo o esclarecimento do tema. Na matéria do dia 21/02, por exemplo, que tem como manchete “Sítios pré-históricos seqüestram carbono”, o conteúdo rodeia as questões desenvolvidas a partir de três pesquisadores, a partir de citações diretas e indiretas dos mesmos (dos 12 parágrafos do texto, 11 possuem citações, sendo 4 diretas e 12 indiretas, revelando que a fuga da responsabilidade do enunciador pelo que é dito é freqüente).

Na matéria correspondente ao dia 16/02, que têm como manchete “Aquecimento pode dividir a Amazônia”, a sistemática da matéria repete a estrutura das matérias analisadas: a divulgação de uma pesquisa (ou resultado dela), sendo narrada sob as vozes dos especialistas. Nesse caso, um grupo de pesquisadores da Universidade Harward e outros cientistas colaboradores da pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Observe os 3 primeiros parágrafos da matéria:

“Eventos climáticos extremos, como secas induzidas pelo aquecimento global e pelo desmatamento, podem dividir a Amazônia em duas e transformar em cerrado uma área de 600 mil quilômetros quadrados. *O alerta é de pesquisadores da Universidade Harvard, nos Estados Unidos. Eles fizeram um mapa das áreas mais sensíveis da floresta à seca, usando os registros de precipitação dos últimos cem anos.*

O grupo de cientistas, liderado por Lucy Hutyra, descobriu que uma faixa de mata correspondente a 11% da área da floresta, que vai de Tocantins à Guiana e atravessa a região de Santarém (Pará), tem padrões de precipitação mais semelhantes aos do cerrado. Essa seria a primeira zona a "tombar" caso se confirmem cenários propostos de "savanização" (conversão em cerrados) da Amazônia.

"Não que isso vá com certeza acontecer", adverte Hutyra. "Mas essa área está andando no fio da navalha. As florestas ali parecem saudáveis, mas têm freqüências de seca mais altas", afirma a cientista, que é afiliada ao LBA (Experimento em Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia) e faz suas pesquisas na região de Santarém."

Maingueneau (1997) fala que o sujeito que usa aspas é obrigado, ainda que inconscientemente, a realizar uma determinada representação para seu leitor e, ao mesmo tempo, oferece a ele uma imagem de si mesmo (de sua posição como locutor diante do leitor). As aspas são, sob uma perspectiva, uma proteção antecipada da crítica do leitor que já o lê aguardando determinado distanciamento dos fatos. Este autor expõe: “as aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário” (1997, p.91).

Além disso, as aspas intensificam os efeitos de referencialidade ao significar que o que está escrito foi algo distante do querer do jornalista. As aspas ocultam a interpretação do jornalista, que dentre muitas frases ditas pelo entrevistado pôde selecionar justamente aquela que se encaixaria melhor na idéia que gostaria de veicular para os leitores.

Pode-se notar que, ao usar constantemente estratégias que busquem trazer efeitos de referencialidade e testemunhalidade, o foco da matéria centra-se nas personagens que narram e não no conteúdo, que seria de fato o principal.

O fato das matérias trazerem abaixo dos seus títulos o nome do repórter que realizou a matéria se caracteriza por mais uma estratégia de referencialidade, já que a presença desse profissional (do seu nome) atesta, de certa forma, a veracidade dos fatos (bem que culturalmente somos levados a crer no exercício do jornalista como aquele que reproduz a verdade). A revelação de um nome colocado em um certo lugar (o da assinatura do autor da matéria) expõe uma das facetas subjetivas do discurso. Sousa (2004, p.104) explica:

“A assinatura revela respeito pela autoria, mas, em contrapartida, responsabiliza o seu autor. A falta de assinatura promove a diluição da responsabilidade individual na responsabilidade coletiva (a notícia surge como fruto do periódico no seu conjunto, o que pode ser uma repercussão da cultura organizacional) e obscurece, por vezes intencionalmente, a produção da informação”.

Outra estratégia de referenciação forte está na presença de fotografias, mapas ou gráficos colocados nesse espaço tanto para chamar o leitor para a leitura da matéria, como também para dar sentido de realidade daquilo que está sendo dito. Todas as matérias do corpus possuem alguma ilustração (duas apresentam fotografias, quatro apresentam fotografias mais um esquema, mapa ou box e uma delas possui no seu corpo de texto dois mapas elucidativos). Porém, observemos que muitas delas acrescentam

pouco ao texto em termos de conteúdo, tendo suas legendas restritas a informações já ditas na matéria. Atente para a falta de contextualização da fotografia da matéria publicada dia 27/02: ela ilustre um camarão-da-malásia de um criadouro comercial do interior de São Paulo, embora a informação trata da situação específica do Pará e, de certo modo, aproxima-se da população que vivencia o problema (o repórter entrevista o presidente da Federação de Pesca do Pará). Isso mostra que as fotografias não são tidas como formas icônicas da notícia, mas um efeito para dar veracidade e/ou ‘enfeitar’ a matéria.

A maioria das fotografias analisadas persiste nos fenômenos isolados de sua problematização. São imagens de animais ou imagens estáticas das questões colocadas no discurso lingüístico dos jornalistas e pesquisadores. No entanto, é possível entender que tais procedimentos visam uma didatização mais eficiente, bem que as fotografias identificam os envolvidos e a repetição de uma informação já dita permite uma maior fixação do fato.

O aspecto pedagógico também é percebido na frequência do uso de mapas (usados para realizar comparações e situar os locais estudados). Na matéria do dia 1º de fevereiro, por exemplo, há a ilustração de uma rã - alvo da matéria -, de um mapa identificando onde os fungos que prejudicam as rãs foram encontradas, de um esquema explicando o modo de contágio do fungo, um box contendo o nome de espécies infectadas e ainda um texto complementar (ou de apoio), que esclarece mais sobre o tema.

A única matéria do corpus que possui ação humana é a veiculada no dia 21/02, onde, segundo a legenda “Um agricultor de Santarém (PA) tira terra preta de sítio arqueológico para vender como fertilizante”. A contradição existente é que a matéria tem o enfoque voltado nas especulações de que a terra preta arqueológica manteria o carbono no solo, evitando para que ele contribuísse para o aumento do aquecimento do planeta, enquanto a legenda aponta um dado secundário, utilizado somente na introdução da matéria. Os jornalistas devem ter conhecimento que em uma matéria título, ante-título, texto, fotografia. Legenda e demais estruturas extra-textuais devem completar-se, compor uma informação única.

Com isso, percebemos certo descaso na edição do conteúdo, que menospreza o valor informativo de uma fotografia e desdenha a organização dos segmentos de uma



notícia, provocando falta de legibilidade no conjunto e empobrecimento da apresentação do material jornalístico. Podemos dizê-lo didático, mas de que adianta proporcionar conhecimentos se não oferece desejo de leitura para alcançá-los? O jornal não é um livro ou uma apostila sobre os quais uma professora cobra a leitura. Lerá uma matéria jornalística apenas aquele que estiver interessado e for ‘conquistado’ pelo dispositivo enunciativo.

Em função dos efeitos de sentidos apresentados é perceptível que a maior preocupação do veículo analisado, a Folha de São Paulo, em sua editoria que trata do meio ambiente é realçar estratégias que gerem veracidade no discurso, usando inúmeras formas de referentes e testemunhos. Em termos de conteúdo, o descuido com a construção de textos mais profundos e com a utilização de vozes contraditórias é contraposto com a extrapolação de recursos do campo pedagógico, como a repetição e explicação de termos e o uso constante de mapas, gráficos e esquemas.

Referências bibliográficas

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria Semiótica do Texto. São Paulo: Ática, 2005.

BOAS, Sérgio Vilas (org.). Formação e Informação Científica – Jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2005.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Científico: Conceitos e Funções. São Paulo: Ciência e Cultura, 1985.

DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.



FIORIN, José Luiz. Elementos da Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2005.

GADET, Françoise & HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1993.

KOCH, Ingedore Villaça. O Texto e a Construção dos Sentidos. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise da Comunicação. Campinas-SP: Pontes, 1997.

NETO, Antônio Fausto. Comunicação e Mídia Impressa – Estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

OLIVEIRA, Fabíola. Jornalismo Científico. São Paulo: Contexto, 2002.

ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento – As formas do discurso. Campinas –SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni P. Análise do Discurso. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni P. Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas-SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

PERUZZOLO, Adair Caetano. Elementos da Semiótica da Comunicação – Quando aprender é fazer. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PINTO, Milton José. Comunicação e Discurso. São Paulo: Hackers Editores, 2002.

PIPPI, Joseline. Interdiscursividade Jornalística e Singularidade Científica na Popularização da Ciência. UFSM, 2003.

SHAFFER, Jan. O Jornalismo e a Construção da Cidadania. Palestra proferida no 5º Congresso Brasileiro de Jornais em São Paulo – SP, 13/09/2004.

SILVEIRA, Ada Cristina M. (org.). Divulgação Científica e Tecnologias de Informação e Comunicação. Santa Maria-RS: UFSM, 2003.



SOUSA, Cidoval Morais de *et all.* Jornalismo Científico e Educação para as Ciências. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Univesritária, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. Introdução à análise do discurso jornalístico impresso. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 2004.